

**VOZES CIRCUNDANTES NO VALE DOS IMIGRANTES: DAS REDES
QUE CONFIRMAM A REGIÃO DO CONTESTADO AO
OFUSCAMENTO DAS CIDADES CABOCLAS QUE RESISTEM
OFERECENDO PRODUTO E CULTURA CABOCLA SECULAR AO
TURISMO REGIONAL**

Angela Zatta¹

Diego da Luz Rocha²

Nilson Cesar Fraga³

Resumo: O presente trabalho busca apresentar as redes que confirmam a Região do Contestado, em Santa Catarina, a despeito da extinção da Região Turística Vale do Contestado perpetrada pela elite regional em 2019. As redes não apenas atestam a existência e a resistência do Contestado, como também apontam o distanciamento das cidades caboclas dos locais centrais, por onde se cruzam diversas interações entre os municípios. Com parcas de ligação, inseridas na região imediata e intermediária de Caçador, as cidades caboclas resistem ao novo apagamento perpetrado pelo Vale dos Imigrantes ao oferecer e valorizar sua cultura cabocla secular diante do genérico turismo regional.

Palavras-chave: Região do Contestado; Redes; Centralidade

Abstract: The present work seeks to present the geographic networks that confirm the Contestado Region, in Santa Catarina, despite the extinction of the Vale do Contestado Tourist Region perpetrated by the regional elite in 2019. The networks not only attest to the Contestado's existence

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

³ Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL) – ncfraga@uel.br

and resistance, but also point to the distancing of caboclo cities from central locations, where various interactions between municipalities intersect. With few connections, inserted in the immediate and intermediate region of Caçador, the caboclo cities resist the new effacement perpetrated by Vale dos Imigrantes by offering and valuing their secular cabocla culture in the face of generic regional tourism.

Keywords: Contestado Region; Geographic Network; Centrality

INTRODUÇÃO

A rede urbana, entendida como “um conjunto de centros funcionalmente articulados, o que por sua vez, reflete e condiciona as transformações econômico-sociais” (CORRÊA, 1989, p. 8) é um dos conceitos utilizados para explicar e compreender cientificamente o Contestado e a Região do Contestado. Cientificamente, por onde o mundo vivido e sentido por vezes escapa, pode-se concordar com Fraga (2017) ao defender que a rede em que se insere o Contestado é marcada por um sistema comercial de privilégios que ultrapassam o comércio da erva-mate, mas se fundamenta como a base de um mundo vivido de relações que se mantém até o século XXI para dar forma a um Contestado unido a uma rede de múltiplos e complexos interesses entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que disputavam judicialmente o território. Esta rede, portanto, poderia “ser sistematicamente marcada pela criatividade social de relações, tanto no período de guerra como nos dias atuais” (FRAGA, 2017, p. 102).

Santos (1989) apontou os três elementos cruciais do estudo de rede: massas (populações, densidade, distribuição, produção e valor), fluxos (que contém as massas, ou seja, a produção agrícola, os fluxos monetários, de informações, etc.), e tempo (que permite explicar o fenômeno da disparidade, grau de infraestrutura agrícola, industrial, de transportes e serviços). Assim, tal como pontuou Singer (1973, p. 141) a compreensão do funcionamento da rede urbana parte “da constatação que nenhuma economia urbana, nem de uma cidade isolada, nem do conjunto delas, pode ser autossuficiente”, já que não será capaz de produzir nem todo alimento para sua população e nem mesmo toda matéria-prima para suas indústrias. Logo, não se pode pensar em um

Contestado ou em seus municípios de forma isolada, ou seja, sem considerar, ampliando a discussão, a influência articulada da burguesia curitibana ou catarinense, ou dos ervateiros da zona contestada, tanto no passado quanto no presente, principalmente, neste momento histórico.

Fraga (2017) indica que as relações sociais do Contestado devem ser tratadas por meio da abordagem cidade-região como forma de esclarecer o processo de formação da rede e suas hierarquias. O autor ainda sugere que uma abordagem clássica da rede de interconexões físicas, política e de infraestrutura não consegue levar ao cabo uma análise da rede do Contestado, pois

no Contestado a rede se dá acima de tudo pela dinâmica social da construção histórica daquele espaço enquanto territorialidade. Aqui, o viés da territorialidade se dá no interior da fronteira da complexidade étnica num critério selecionador, quando atingiu os direitos daqueles que já haviam conquistado por ocupação e usufruto a terra. (FRAGA, 2017, p. 103)

Assim, grupos sociais urbanos, envolvidos nas relações de poder que compõem o meio urbano a exemplo do que há na região do Contestado com os remanescentes e autodefinidos caboclos, têm sua vivência em territórios nas periferias dos centros e redes urbanas, onde suas sociabilidades fortalecem vínculos e as violências a que são submetidos instituem práticas que instauram alguma segurança (ROLNIK, 1989). Por não ocupar posição central nas cidades e nas redes, a população cabocla e as cidades culturalmente caboclas são constante e violentamente ofuscadas. Entretanto, isso não significa que deixem de buscar uma posição na hierarquia social e urbana, tentando se inserir, por exemplo, no turismo regional. Assim, este trabalho objetiva discutir as redes que confirmam a existência da Região do Contestado, a posição das cidades caboclas em sua periferia e suas lutas para resistir ao ofuscamento transversalmente da oferta de produtos e cultura caboclas seculares.

A cidade-região e as redes no Contestado

Para Corrêa (1994) a abordagem geográfica das relações cidade-região tem considerado suas relações na medida que uma grande cidade possui uma hinterlândia constituída por centros urbanos menores e áreas rurais diferenciados em termos estruturais. Ainda segundo o autor, verifica-se a atração urbana sobre a população regional, a comercialização pela cidade dos produtos rurais, a drenagem urbana da renda fundiária, a distribuição pela cidade de investimentos e trabalhos e a

distribuição de bens e serviços, de modo que “a cidade é um espelho de sua região, ou então está é o resultado de uma ação motora por parte da cidade” (CORRÊA, 1994, p. 41). Assim, vê-se que a rede se forma a partir das interrelações entre os lugares.

Os lugares, por sua vez, também mudam. Cidades pequenas podem evoluir para lugares centrais de pequenas hinterlândias, mantendo diferentes estatísticas demográficas, produtivas e de renda. Uma mudança que ocorre, sobretudo, pelas transformações no campo que alteraram o padrão dos pequenos lugares centrais ao longo de sua evolução (FRAGA, 2017).

Com modificações no campo e com uma dinâmica histórica própria de formação, a região do Contestado se estabeleceria

Como centro de suas próprias redes, quando verificada a hierarquização e a espacialização produtiva, como no caso de Caçador e sua indústria madeireira; seguida de produção de tomates para abastecimento do Centro-Sul; Três Barras, sede de importante indústria de beneficiamento de madeira produzida por meio do *plantation* de pinus que atinge escala regional; Canoinhas, caracterizada no processo madeireiro e na erva-mate, entre outros, são exemplos. Estas se caracterizam por funções especializadas na produção, revelando uma rede urbana que não segue basicamente os modelos christallerianos, que dão privilégios as hierarquias urbanas. Aqui se remonta a discussão teórica inicialmente feita sobre as escalas das redes, quando se verificou que o Contestado tanto – e sempre – esteve na escala global como territorial/nacional, como na local – a sua rede. (FRAGA, 2017, p. 104-105)

Segundo Corrêa (1994), o processo de diferenciação das cidades se acentua com o capitalismo, impulsionando a hierarquização urbana. Ela se forma com a criação de um mercado consumidor formado a partir da expropriação dos meios de produção e de vida de grande parte da população, somado à industrialização, que leva à uma expansão da oferta de produtos industriais e serviços. “Esta oferta, por sua vez, se verifica de modo espacialmente desigual, instaurando-se então a hierarquia das cidades” (CORRÊA, 1994, p. 21). Considerando-se que a hierarquia das cidades se modificou depois da Guerra do Contestado, especialmente com a colonização, torna-se válido observar a hierarquia atual para compreender seus locais centrais e periféricos.

A formação das cidades a partir da colonização: “os tempos dantes”

Com a colonização da região contestadense, muitas das suas características sociais mudam. Progressivamente, passam a ocupar a região alguns grupos humanos específicos, orientados para

trazer o progresso a um sertão inóspito e inculto, como era considerada a região do Contestado naquela época pelas elites curitibana e florianopolitanas. Promovida inicialmente pelas subsidiárias da Brazil Railway Company, companhias particulares também atuaram na região, direcionando sua propaganda nacional e/ou estrangeira para grupos específicos. Mais do que compreender como o território foi partilhado por diversos empresários da colonização que, em um espírito visto sob as lentes do desenvolvimento como empreendedor, é imperioso reconhecer o significado da legitimação da propriedade privada por via institucional, por meio da Lei de Terras de 1850, que destituiu antigas formas de apropriação do solo e preserva a estrutura das grandes propriedades (GADELHA, 1989). Em termos práticos, vale recorrer à observação de Martins (1981, p. 32) de que “a renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa”. Assim, a colonização foi estabelecida na legislação migratória com princípios que têm a modernidade como parâmetro, onde não cabe a escravização.

Seyferth (2002) aponta que desde o século XVI, a cor da pele serviu para assinalar as clivagens entre diferentes grupos humanos, sendo que as primeiras tipologias apoiadas na anatomia comparada surgiram apenas no início do século XIX, como a de Blumenau, que dividiu a humanidade em cinco grandes famílias raciais (caucásica, mongólica, malaia, americana e etiópica) aparentemente neutras em nome do rigor científico, mas que implicavam em uma classificação hierárquica que tem os brancos no topo e os negros na base. Essa noção hierárquica de civilizações permeou o discurso sobre a imigração, mesmo que estivessem ausentes discursos explicitamente racistas.

Na verdade, a imigração europeia está naturalizada no debate sobre a colonização e nele, negros e mestiços, livres ou escravos, só eventualmente aparecem como atores sociais descartáveis sob um argumento simplista – o do indireto restabelecimento do tráfico. Essa figura retórica tem o propósito de desqualificar a imigração de africanos, em geral, considerados inaptos para o trabalho livre na condição de pequenos proprietários rurais. No pensamento imigrantista do século XIX a escravidão não é percebida como um regime imoral ou ilegítimo, mas simplesmente adjetivada por seu caráter arcaizante, um modelo econômico retrógrado e impeditivo de imigração porque produz uma imagem negativa do país na Europa. Em resumo, a vigência do regime escravista faz da África apenas um lugar de negros bárbaros e não de imigrantes potenciais. Nesse sentido, não precisavam estar situados no debate sobre imigração. O esforço classificatório dirigiu-se para a nomeação das

virtudes e defeitos de cada nacionalidade europeia, em função do interesse maior: o imigrante agricultor. Eram hierarquias de brancos pautados por habilidades agrícolas, nas quais o fator “raça” não aparece como limitação, e que adentram o século XX. Nas classificações imperam os atributos usualmente associados ao campesinato, incluindo a adjetivação da submissão: o bom colono deve ter amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc. Alemão e italianos são as nacionalidades mais frequentemente situadas no topo da hierarquia dos desejáveis “bons agricultores” (SEYFERTH, 2002, p. 120) (grifo da autora)

Assim, companhias colonizadoras diversas, amparadas na política governamental, passam a direcionar sua propaganda para atrair colonos, sejam imigrantes vindos diretamente da Europa ou já radicados no Brasil, especialmente nas chamadas Colônias Velhas no Rio Grande do Sul e no Vale do Itajaí. Mas é a formação de uma nação que está em pauta e não somente a partilha e comercialização de um território. Autores como Romero (1906), idealizam a nação por intermédio de mestiçagem tendo a imigração como um ponto desejável para o desenvolvimento nacional a partir do momento em que atrair imigrantes que não apenas se deixem assimilar, mas também se integrem aos nacionais pela mestiçagem para cumprir o branqueamento. “A mestiçagem, na representação do caráter nacional, é uma especificidade da nação, algo que não se apaga, mas com o concurso da imigração europeia pode produzir um tipo brasileiro de fenótipo branco” (SEYFERTH, 2002, p.134).

Mesmo que a legislação e os debates nacionais elencassem a importância do modelo misto, que incluiria a participação de nacionais, na prática, o povoamento destas áreas reuniu descendentes de imigrantes europeus oriundos de colônias mais antigas em colônias onde inexistia a presença dos nacionais, supostos como elemento fundamental para uma rápida assimilação dos colonos e ao mesmo tempo “os alvos de um imaginado processo civilizatório conduzido pelos europeus” (SEYFERTH, 2002, p.138). Assim, não é difícil compreender que a população cabocla pré-existente na região fosse alvo dos mesmos princípios civilizatórios e discursos raciais que instruíra os postulados sobre a imigração europeia: a desqualificação do caboclo por intermédio de estigmas relacionados à mestiçagem, mantendo-os à parte do processo colonizador, em posição de inferioridade pelo sangue indígena e tendência ao nomadismo (SEYFERTH, 2002).



Progressivamente, a partir do avanço das companhias colonizadoras, imigrantes de origem italiana, alemã e outras, bem como migrantes gaúchos passaram a ocupar o território para criar novas cidades e trazer o dito progresso desejado. É válido lembrar que a identidade é construída “a partir de interesses práticos, subjetivos, políticos que supõem um embate entre lembrança e o esquecimento” (ACHILLES; GONDAR, 2016, p. 175). A colonização emerge como um momento de descoberta da diferença e da imposição de outro sistema em que o elemento étnico passa a ser um princípio de visão e divisão de mundo (BOURDIEU, 1984). Para Bourdieu (2010, p. 113)

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradoiros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.

Logo, o ex-posseiro, o caboclo contestadense, adquire a condição de minoria a partir da fronteira da exclusão traçada pela maioria (no caso, aquela de ascendência europeia) que define a categorial social a ser excluída: o caboclo que possui um modo de vida diferenciado e detém menor poder de imposição da sua visão e representação de mundo (RENK, 2006).

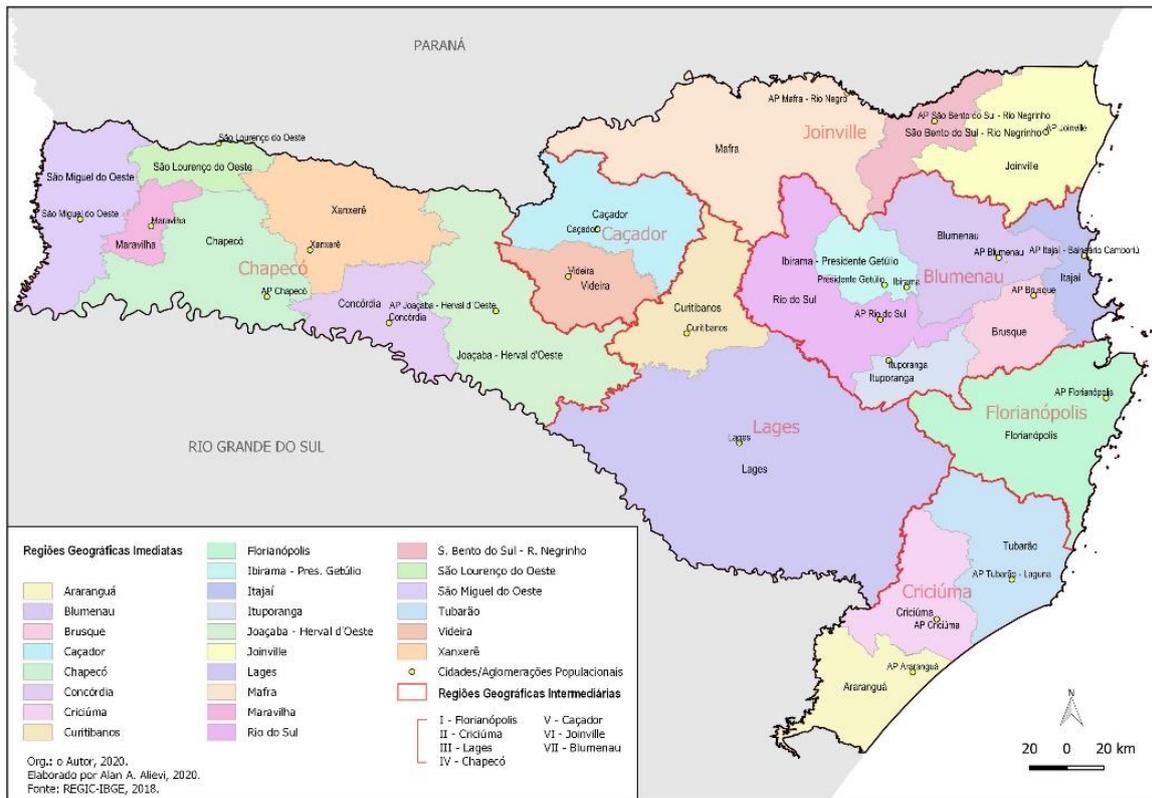
Brandt (2007) aponta que a colonização do vale do Rio do Peixe introduziu valores externos à região, restando duas alternativas para a população local: adaptação ou exclusão. Enquanto a adaptação implica na desestruturação do modo de vida caboclo, a segunda se dá “pelo descompasso existente, em relação ao *habitus*, a temporalidade e a espacialidade da população local e as dos colonizadores” (BRANDT, 2007, p. 193). O autor ainda afirma, que a desestruturação do modo de vida, hábitos e costumes, já ocorria antes da Guerra do Contestado. Assim, Renk (1997) também afirma que

Quando a empresa colonizadora atinge as terras ocupadas por posseiros [também usufruídas em comum tanto por eles quanto pelos confrontantes], afetando o seu modo de vida. A colonização é [...] internamente apontada como um divisor de tempo e de mundo dos ex-posseiros [...], apresentado como “um tempo que não volta mais” (RENK, 1997, p.105-106)

O tempo de agora

Se o tempo não voltou mais ao posseiro cuja terra foi ocupada pelas companhias colonizadoras, vale a pena questionar qual é o seu lugar na hierarquia urbana atual. A hierarquia urbana catarinense pode ser analisada a partir das suas Regiões Intermediárias e Regiões Imediatas. De acordo com o IBGE (2017) as Regiões Intermediárias “organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade”, enquanto as Regiões Imediatas encontram seu principal elemento de referência na rede urbana, pois são estruturadas a partir de centros urbanos próximos, onde podem satisfazer as necessidades imediatas da população (compras de bens de consumo, trabalho, serviços de saúde e educação, prestação de serviços públicos, etc.).

Figura 01 – Regiões Intermediárias e Imediatas de Santa Catarina



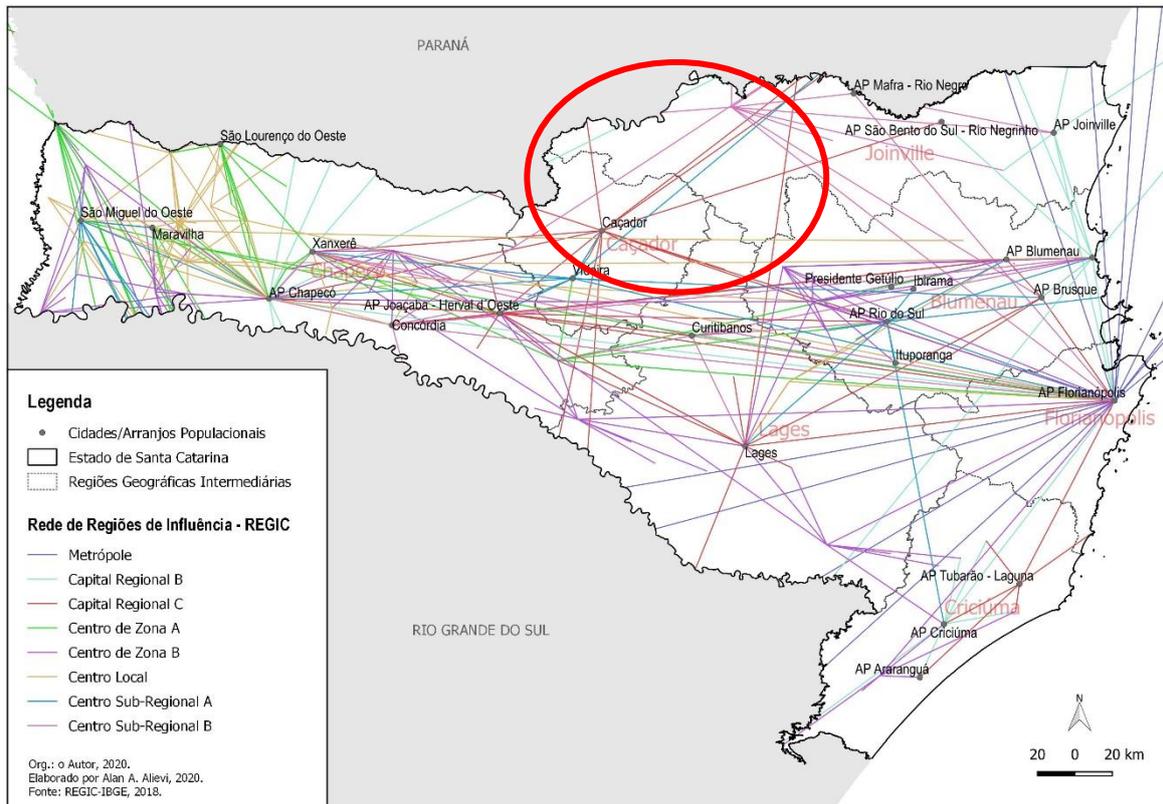
Fonte: IBGE (2017).

A partir da figura 01, pode-se identificar a existência de 07 Regiões Intermediárias, ou seja, regiões que influenciam e intermediam as necessidades da sua área de influência diante da unidade federativa. Dentro deste contexto, cabe ressaltar os pontos de centralidade como Caçador, Chapecó, Lages, Florianópolis, Joinville, Blumenau e Criciúma, que exercem sua influência sobre as respectivas Regiões Imediatas, formadas por cidades de menor porte, com menor oferta de bens e serviços. Estas cidades, tal como menciona Corrêa (1994) aparecem como relativamente ricas, já que são centros com uma complexa gama de bens e serviços, distanciando-se muito das demais.

Na figura 02 é possível se verificar as redes de influências urbano-catarinenses, havendo uma forte centralidade sobre a cartografia do próprio estado, cujas linhas de ligação, são mais fortes saindo de Florianópolis se estendendo até a fronteira com a Argentina, nesse caso, até São Miguel

do Oeste. Tal rede principal, segue os velhos caminhos tradicionais do estado com seu interior, ou seja, as ligações entre a Serra Abaixo e a Serra Acima.

Figura 02 – Rede de Regiões de Influência de Santa Catarina



Fonte: IBGE (2017). O círculo vermelho representa o vazio do Contestado Caboclo e epicentro da Guerra do Contestado em relação a centralidade de Caçador.

Notadamente, esses caminhos marcadores dessas redes, podem ser pensando a partir do frágil sistema logístico-rodoviário estadual que perpassa pelas rodovias BR 282, BR 470, que se fundem a partir do Meio-Oeste do estado e, secundariamente, com as rodovias BR 280, estrategicamente construída em Santa Catarina e no Paraná, ao seguir a divisa entre os territórios estaduais, estando metade dela dentro de cada unidade federada que viveu as questões de limites, resolvidas em 1916 (FRAGA, 2006). Fora isso, há rodovias estaduais que levam para o interior, mas que não possuem grande influência logística, a exemplo das federais.

Uma análise mais atenta dessa rede de influências, permite observar que a região do Contestado mais cabocla, sobretudo no Planalto Norte catarinense, fica distante das redes principais, na escala possível verificável na figura 02, que demonstra haver um vazio de centralidade entre Caçador até Mafra, por estar composta principalmente de pequenas cidades locais, com fraca influência regional e, menos ainda, estadual. da mesma forma, no sentido entre Porto União e Santa Cecília, demonstrando haver um vazio de centralidades seculares na região, mesmo que Três Barras e Canoinhas estejam em meio a essa região. Tais fatores demonstram estarem os municípios mais caboclos e ligados a Guerra do Contestado distantes de fazerem parte de uma dinâmica de centralidade no conjunto regional desenvolvido do estado.

Cidades com características, cultura e população majoritariamente caboclas, por sua vez, fazem parte das Regiões Imediatas, já que possuem uma carência na oferta de bens e serviços. Elas se encontram nas periferias das cidades centrais já citadas ou ainda há muitos quilômetros de distância, obrigando sua população a cruzar longas distâncias para usufruir das suas funcionalidades. Municípios como Lebon Régis, Timbó Grande, Calmon e Matos Costa se inserem na região de influência imediata de Caçador, portanto, suas populações tendem a buscar nela as soluções para suas necessidades imediatas em termos de saúde, educação, comercialização de bens duráveis e não duráveis, serviços públicos, etc. Por não se encaixar como uma cidade polo, a exemplo da própria Caçador ou de Joaçaba, estes quatro municípios também estão às margens dos projetos turísticos locais. Com a recente criação do Vale dos Imigrantes, esta situação ficou ainda mais clara, dado a característica principal da região turística que não se encaixa com a cultura expressa por elas.

Em meados de 2019, a região do Vale do Contestado, em Santa Catarina, no Sul do Brasil, convive, cem anos depois da Guerra do Contestado, o maior ataque ao seu patrimônio histórico material e imaterial. A paisagem regional do Vale do Contestado, passava a se chamar, Vale dos Imigrantes, tudo isso, dentro de um discurso vago de desenvolvimento regional e local, para as cidades e localidades do Contestado.

Tão pobres como os caboclos e caboclas do Contestado, eram os imigrantes de pele branca que estavam ocupando as *terras limpas* deixadas pela expulsão e morte dos primeiros. Mas os que chegavam tinham como trunfo a política brasileira de branqueamento do país. Era um importante

trunfo ser branco e de origem europeia, mesmo que pobres e, ou miseráveis. Todos e todas, pretos ou brancos, moravam em barracos indigentes e imundos no pós-Guerra do Contestado, ambos reconstruíam suas vidas sobre o sangue que manchava todo o sertão sulista - os brancos expurgados do Velho Mundo, os pretos-caboclos expurgados da sua própria terra.

Mas os pobres vindos da Europa tinham um trunfo que o povo caboclo não possuía – eram brancos, essa foi a grande diferença no processo de reterritorialização do Contestado. Estava nascendo um novo Contestado, não mais da pele cor do pinhão, mas da pele cor rósea de europeus expulsos de seus países por conta da falta de terra, de trabalho, da fome, da peste e da guerra. Eram todos e todas, irmãos e irmãs, no sofrimento, mas separados entre brancos e pretos. Nessas relações de muitas semelhanças e poucas convivências, as cores definiram a invisibilidade dos caboclos e lançaram luzes sobre os “europeus” – hoje o Contestado europeu brilha sobre os céus dessa América que luta pela sua descolonização. Em 04 de Julho, data tão simbólica na luta e resistência cabocla, mais uma lança “republicana do diabo” atinge sua alma, matando o Vale do Contestado e dando vivas a vitória final do Vale do Imigrantes, isso em uma terra de migrantes, onde todos e todas são migrantes, excetuando os indígenas, esses originários de fato aqui na terra Abya Yala - autodesignação dos povos originários do continente como contraponto a América, um expressão usada desde 1507, que significa Terra Madura, Terra Viva ou, mesmo, Terra em Florescimento.

O massacre caboclo não se deu apenas sobre o corpo físico a partir do morticínio da guerra, também aconteceu no campo da cultura, quando a cultura europeia buscou, e ainda busca, isso a pouco mais de um século, encobrir a história e o modo de vida caboclo, mesmo que esses “europeus” se alimentem da mandioca, bebam chimarrão, comam a quirera, o virado de feijão ou outros alimentos da base do milho, da batata, do tomate, do pinhão e de diversos alimentos que são, milenarmente, utilizados pelos povos de Abya Yala.

O Contestado insiste em ser passado. O Contestado prefere o cheiro do mofo de uma epopeia de miseráveis que atravessaram o Atlântico e são brancos, a uma epopeia brasileira, que lhes dê lastro, ou um pertencimento real na terra conspurcada de sangue, que recebeu toda essa gente expurgada “dazorópa”, como diriam os guerreiros caboclos e as guerreiras caboclas nos anos de guerra e resistência pelo direito de viver na sua terra ancestral. As elites, a burguesia e a população colonizada-europeizada regional, só vê o Contestado e os caboclos e as caboclas, como fatos

exóticos e fotografias de um passado que não pode fazer parte da alma do lugar onde vivem – o Contestado existiu, mas não pode existir. O Contestado se resume assim: aqui tudo pertence aos que vieram da Europa e seus descendentes colonizados mentalmente, pois esse chão, tradicionalmente caboclo, é uma Europa iluminada pelos céus da América, sem que muitos entendem que esta América, se estende do Norte do Canadá até o Sul da Argentina.

Tais mentalidades e desconhecimentos, assim como preconceitos, ficaram explícitos no dia 04 de julho de 2019, na cidade de Catanduvas, em Santa Catarina, quando em Assembleia Geral Extraordinária da Instância de Governança Regional do Vale do Contestado, onde reuniram-se representantes das 50 cidades da região do Contestado para a escolha do novo nome do grupo turístico Vale do Contestado, para atualização do Mapa Turístico Brasileiro de 2019/2021. Conforme a ata da referida assembleia, outras nomenclaturas foram propostas para suprimir a denominação Vale do Contestado, a saber, Vale das Etnias, Encantos da Natureza, Vale dos Imigrantes, Caminho do Imigrante e Encantos do Oeste – já estava selada a eliminação da denominação Contestado de tal grupo. Em uma votação final de consenso, o grupo eliminou a Região Turística Vale do Contestado, passando a chamar-se Região Turística Vale dos Imigrantes (ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA IGR DO VALE DO CONTESTADO, 2019, p. 3).

Por ironia ou deboche, consta na última linha da mencionada ata a seguinte frase: *sem esquecermos do nosso querido contestado*. Estava, desta forma, sepultada a existência do povo tradicional caboclo na sua própria terra e região geográfica – a Região do Contestado, território do genocídio caboclo promovido pela República, por Santa Catarina, pelo Paraná e pelas milícias contratadas pelos coronéis dos latifúndios regionais, agora entregue, definitivamente, aos descendentes de imigrantes europeus que reocuparam as terras caboclas depois do massacre do início do século XX.

Mas o Contestado segue existindo e resistindo, pois a região é formada por uma população cabocla, cujas raízes mais distantes, aparecem em 1542, quando da passagem do explorador espanhol Cabeça de Vaca e, viverá alguns tempos depois, fazendo parte do movimento tropeirista, que se caracterizou com um dos maiores ciclos da economia e da formação territorial de longa duração do Brasil, isso desde final do século XVII, se estendendo até o século XX, quando da implantação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), cujo Capital imperialista

estadunidense foi responsável pelo extermínio do povo caboclo e, posteriormente, entregou suas terras para companhias de colonização que trouxeram sujeitos alemães e italianos de colônias sul-riograndeses e do litoral catarinense – mas há, ainda, a entrada de europeus da Alemanha, da Itália, da Polônia, da Ucrânia e de outros lugares do velho mundo, que adquiriram, as terras maculadas com o sangue caboclo (FRAGA, 2019).

Nessa pesquisa buscou-se, além de caracterizar a dinâmica socioeconômica regional, demonstrar e analisar os estereótipos regionais sobre os descendentes de caboclos e caboclas da região do Contestado que se mantem secularmente sobre este território cultural, cuja última ação se deu no 04 de julho de 2019, com a mudança de nome da governança regional do Vale do Contestado, fortalecendo, assim, o trade turístico vinculado a colonização europeia catarinense e sulista, em detrimento a outros grupos existentes, tais como caboclos/as da Serra Acima, pescadores/as tradicionais, indígenas etc., dando prioridade aos primeiros apontados.

Mas há que se considerar o processo histórico que se inicia com o genocídio do povo caboclo do Contestado, durante a Guerra do Contestado (1912-1916), passando pela recolonização das suas terras por colonos de ascendência branca-europeia e europeus natos e, desde pelo menos 1930, pela negação da existência desse povo, assim como a perseguição e expulsão dos sobreviventes da guerra, chegando aos dias atuais com a inviabilidade dessas gentes que, em alguns casos, não chega a servir como mão de obra barata para as indústrias, agroindústrias, agricultura de *plantation* etc.

A parca mão de obra barata admitida das cidades mais caboclas da região do Contestado (Matos Costa, Calmon, Timbó Grande, Lebon Régis – Trombudo do Contestado -, e até mesmo dentre os pobres de Caçador), trabalham, geralmente, no *plantation* de pinus, na colheita da cebola, de maçã, de alho e tomate, porém, há um certo preconceito em relação a mão de obra para colheita na região, tanto que muitos fazendeiros e empresas buscam mão de obra barata no Paraná e Mato Grosso do Sul, incluindo indígenas deste último estado.

Há um discurso regional sobre os caboclos e as caboclas serem vagabundos/as e preguiçosos/as para o trabalho. Isso demonstra que faltou, nesse longo período de pouco mais de cem anos desde o fim da Guerra do Contestado, políticas públicas que amenizassem essa relação e gerassem condições para que a população cabocla fosse inserida regionalmente. A permanência da

retórica de que o colono de ascendência europeia é trabalhador e de que o povo caboclo é preguiçoso, manteve os últimos enterrados na marginalização regional, sem acesso à terra, ao trabalho tecnicificado e digno e, mesmo, ao ensino médio e técnico, principalmente o superior, onde poucos descendentes de caboclos e caboclas estão nas poucas faculdades privadas regionais e alguns campi de instituições públicas de ensino superior.

A pequena burguesia e a elites regionais, na sua maioria, não aceitam a cultura cabocla, muito menos os movimentos e ações culturais voltados para valorização e ressignificação socioterritorial cabocla. Mas, como resistência, há grupos lutando regionalmente para a valorização e o espaço do povo tradicionalmente caboclo nessa região catarinense. Não se duvida que a invisibilidade tenha sido imposta pela perseguição aos caboclos e caboclas e, em virtude disso, a cultura tenha sido silenciada em quase todo o território cultural caboclo por mais de cem anos, principalmente, desde que suas terras foram dadas em concessão às companhias colonizadoras e, primeiramente, para a construtora da EFSPRG. Nesse sentido, o Contestado Caboclo segue clamando por justiça social, principalmente no que tange ao direito à terra que lhes foi usurpada, garantindo, desta forma, o direito à vida sobre suas terras ancestrais.

Antes da tentativa de extermínio do Vale do Contestado como “produto” turístico catarinense, a Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR) assim o aclamava no seu site oficial:

a região do Vale do Contestado foi palco de um dos maiores conflitos sociais da história do país. A Guerra do Contestado (1912-1916) colocou de lados opostos os camponeses e o Governo Federal da época, resultando em confrontos sangrentos que levaram a vida de mais de 5 mil pessoas. A memória da guerra encontra-se preservada em museus, monumentos, sítios históricos e espaços de peregrinação religiosa, principalmente nos municípios de Caçador, Irani, Fraiburgo, Curitiba e Canoinhas (SANTUR, GUIA DE TURISMO, VALE DO CONTESTADO, 2019, s/p.).

A ainda pouco conhecida Guerra do Contestado, um dos maiores conflitos socioterritoriais da América Latina, buscou eliminar toda a população tradicional cabocla da região, abrindo espaço para a recolonização a partir da entrada de imigrantes de origem europeia, inicialmente alemães e italianos e, na sequência, de eslavos. Mas, passados pouco mais de cem anos dessa guerra, há numerosos caboclos e caboclas que seguem lutando pelo direito à terra ocupada por seus ancestrais. Muitos desses, vivem na periferia das pequenas cidades do Contestado, outros são explorados nos

latifúndios e, alguns, estão acampando ou assentados e ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, por conta desses e de outros fatores, essa região possui os mais baixos índices de desenvolvimento humano de Santa Catarina, ou menos do Brasil, pois o índice de pobreza nos municípios da região varia entre 20 e 48% da população residente (FRAGA, 2006, 2009, 2010, 2011, 2012, 2016, 2017 e 2019).

Retomando Seyferth (2002, p. 120), para concluir este ensaio, a imigração europeia estava naturalizada no debate sobre a colonização e nele, negros e mestiços (aqui se pode incluir o povo caboclo), livres ou escravos, só eventualmente surgem como atores sociais descartáveis sob um argumento simplista – o do indireto restabelecimento do tráfico. *Os alvos de um imaginado processo civilizatório conduzido pelos europeus* (p.138). Porém, Renk (1991) defende que a introdução de valores externos deu aos caboclos duas opções: adaptar-se ou ficar excluída. Mas adaptar-se seria desestruturar o modo de vida secular da população, esbarrando ainda no descompasso criado entre o *habitus* da população e as estruturas econômicas introduzidas com a colonização (RENK, 1991). Às companhias, interessava a venda da terra às pessoas de *boa qualidade* como uma forma de obter lucros, o que exigiu a seleção de compradores e a retirada de pessoas ou grupos que pudessem comprometer o empreendimento, exigindo a posse da terra, por exemplo.

Tal retomada se fez fundamental para demonstrar as permanências sobre o território caboclo, pois regionalmente perdura a mentalidade de que os/as descendentes de caboclos/as não são pessoas de boa qualidade, tal preconceito nunca foi rompido, nem no estado e, menos ainda na região, da mesma forma, mesmo livres, são escravizados pela exploração do trabalho braçal, como mão de obra barata para as terras e as fabricas da região, sendo descartáveis ao capitalismo que impera sobre os campos e as cidades do Contestado, lhes cabendo as bordas miseráveis das cidades, vivendo em condições sub-humanas nos espaços favelizados ou como moribundos na plantação e colheita do pinus. Nos últimos anos, mesmo vivendo em meio a tudo isso, viram renascer sua dignidade de pertença ao Contestado por meio dos eventos culturais populares que reverenciam, dignificam e ressignificam a cultura cabocla como formadora do mundo vivido secularmente no Contestado. Esse reencontro e reflorescimento da cultura cabocla, colocou em choque a burguesia regional, principalmente a do trade turístico, que ao se sentir ameaçada, colocou seus vassalos-burocratas para, em reunião secreta, destruir o próprio nome do Contestado

regionalmente, fazendo nascer um vale tão genérico, como genéricos são os vales que receberam imigrantes em Santa Catarina.

O povo caboclo resiste a mais uma ataque, seguindo como voz circundante ao vale dos imigrantes que lhes tenta ofuscar a (re)existência em cidades que não são menções socioeconômicas, mas que estão se tornando roteiros culturais caboclos para um turismo que busca a alma dos lugares e, no Contestado, a alma mais antiga que paira sobre os campos, vales e planaltos, é a cabocla, ela que recebeu os imigrantes pobres vindos da Europa e os viu reterritorializar suas vidas miseráveis, em suas terras de ancestralidades imemoráveis no espaço e no tempo.

Bibliografia

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/general-carneiro_pr#idh>. Acessado em 14 Nov. 2020.

FRAGA, Nilson Cesar. **Dossiê Vale do Contestado**. Ouvidoria do Ministério Público de Santa Catarina. Manifestação n. 20.28.1308.0029282/2019-16, 2019b, 38 p.

FRAGA, Nilson Cesar. **Geografias de tempos de dominação e barbárie**: os movimentos socioterritoriais e as escolhas geográficas que negligenciam a formação territorial do Brasil. In: A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Organizadores: Flamarion Dutra Alves [et al.]. Alfenas, MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019, p. 84-114.

FRAGA, Nilson Cesar & LUDKA, Vanessa Maria. **100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912-2012)**: uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: XII Coloquio Internacional de Geocrítica - Independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX., 2012, Bogotá, Colômbia. Anais do XII GeoCrítica. Barcelona, Espanha: Ed. da UB, 2012. v. 1. p. 1-22.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado em guerra**: 100 anos do massacre insepulto do Brasil Florianópolis: Insular, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis: Insular, 2009.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado**: A grande Guerra Civil Brasileira. In _____. Paraná Espaço e Memória. Diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado: cidades, reflexos e coisificações geográficas**. Florianópolis: Insular, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado: redes no Geográfico**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2017.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutoramento em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. **Território e silêncio**. Contributos reflexivos entre o empírico e o teórico. In FRAGA, Nilson Cesar. (Org). **Territórios e Fronteiras: (Re) Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011.

FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido**. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e ocupação do espaço**. São Paulo: Perse, 2014.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE TURISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – **Vale do Contestado** – 2010/2020, Santa Catarina Turismo S/A, Florianópolis, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Paris: Editora Ática S.A., 1993.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM**, ano 19, n. 23, p. 221-258, 1991.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4 ed. 2. reimpr. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SANTUR - **VALE DO CONTESTADO** - DESCUBRA SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://turismo.sc.gov.br/destinos/vale-do-contestado/>>. Acessado em 15 Nov. 2020.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n 53, p. 117-149, março/maio 2002.